



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Secretaria Municipal de Administração e Inovação
Diretoria de Nucleo de Contratos
Declaração de que dispõe no artigo 94 da Lei 13.306/2021 que o resumo do contrato deve ser publicado no Município de Alagoinhas na Imprensa Oficial
DOM: 10 / 06 / 2026
VSP-13116
DIRETORIA DE NUCLEO DE CONTRATOS
Matrícula:

TERMO ADITIVO N.º 124/2026 – SESAU.

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CREDENCIAMENTO, VIA CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA – PARA COMPOR CADASTRO MUNICIPAL DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO E TÉCNICO DA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, PARA SUPRIR A DEMANDA DE FORMA COMPLEMENTAR NA REDE DE SAÚDE MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS/BA Nº 105/2025, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE. FIRMADO PELO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS E ANGELICA COSTA SCHRAMM PEREIRA.

O **MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Praça Graciliano Freitas, s/nº, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.646.005/0001-38, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **LUCIANO SÉRGIO DE JESUS SANTOS**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 634.***-**-72, doravante denominado **CONTRATANTE** e **ANGELICA COSTA SCHRAMM PEREIRA**, Pessoa Física, inscrita no CPF/MF sob o nº 647.809.***-87, e portadora do RG de nº 04.927.502-03 SSP/BA, com endereço na Rua Conselheiro Junqueira, nº 138, Rua do Catu, Alagoinhas/BA, CEP: 48.090-020, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam a celebração do presente Termo Aditivo ao **Contrato n.º 105/2025**, firmado pelas partes aqui qualificadas em 27 de maio de 2025, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido contrato, conforme **processo administrativo nº 5311/2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

De acordo o art. 106 e 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021, fica prorrogada a vigência do contrato, passando a vigorar a partir de **27 de maio de 2026** até **26 de maio de 2027**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

Segundo informações inseridas no PRDC (Pedido de Realização de Despesa e Contratação) pela Secretaria solicitante, o valor do Termo Aditivo é de **R\$ 63.222,36 (sessenta e três mil, duzentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas com a execução do presente Termo Aditivo, correrão à conta do orçamento vigente no Exercício/2026, do Município de Alagoinhas, através da seguinte classificação orçamentária:

SECRETARIA	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
SESAU	2021 / 2037	33.90.36	500 / 600



St.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA**

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no contrato referido neste Termo Aditivo, que não colidam com as disposições deste instrumento.

Por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Alagoinhas, 26 de maio de 2026

Luciano Sérgio de Jesus Santos
Secretário Municipal de Saúde de Alagoinhas

Luciano Sérgio de Jesus Santos
CPF: 19.817

LUCIANO SÉRGIO DE JESUS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

Angelica C. S. Pereira
ANGELICA COSTA SCHRAMM PEREIRA
CONTRATADA





CERTIDÃO NEGATIVA DE LICITANTES INIDÔNEOS

O Tribunal de Contas da União certifica, em 09/06/2026, que **ANGELICA COSTA SCHRAMM PEREIRA**, CPF: **647.809.105-87**, **NÃO CONSTA** no **cadastro de responsáveis declarados inidôneos** para participar de licitação na Administração Pública.



O que significa não constar nesse cadastro?

Significa que não há decisões do TCU que impeçam a pessoa de participar de licitações no âmbito da Administração Pública.



O cadastro não inclui:

- Responsáveis ainda não notificados sobre a decisão;
- Decisões ainda não transitadas em julgado*; e
- Decisões anuladas ou suspensas pelo TCU ou pela Justiça.



Base legal:

Artigo 46 da Lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU)

*O trânsito em julgado marca uma decisão como não mais sujeita a recursos com efeitos suspensivos.



Certidão válida até **09/07/2026**

Quer confirmar os dados? Acesse <https://certidoes.apps.tcu.gov.br> com o código GYZA20260609103218

<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes>



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **ANGELICA COSTA SCHRAMM PEREIRA**

CPF/CNPJ: **647.809.105-87**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:33:10 do dia 09/06/2026 , com validade até o dia 09/07/2026.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 8A3KfKzjwGiT3sQo0T2b

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (09/06/2026 às 10:33) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 647.809.105-87.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A28.1633.A5FB.A019 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Termo Aditivo n.º 116/2026 - SESA - Contratante: O Município de Alagoinhas - Contratada: **IZABELA BISPO DOS SANTOS** - Fundamento Legal: Arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021. - Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento de Profissionais de Saúde n.º 095/2025. - Data de Assinatura: 25/05/2026.

Termo Aditivo n.º 117/2026 - SESA - Contratante: O Município de Alagoinhas - Contratada: **JULIANA SILVA DE CARVALHO** - Fundamento Legal: Arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021. - Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento de Profissionais de Saúde n.º 113/2025. - Data de Assinatura: 25/05/2026.

Termo Aditivo n.º 118/2026 - SESA - Contratante: O Município de Alagoinhas - Contratada: **HUGO VASCONCELOS DANTAS BATISTA** - Fundamento Legal: Arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021. - Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento de Profissionais de Saúde n.º 102/2025. - Data de Assinatura: 26/05/2026.

Termo Aditivo n.º 119/2026 - SESA - Contratante: O Município de Alagoinhas - Contratada: **PHARP MED SERVIÇOS MEDICOS LTDA** - Fundamento Legal: Arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021. - Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento de Profissionais Médicos n.º 143/2025. - Data de Assinatura: 29/05/2026.

Termo Aditivo n.º 120/2026 - SESA - Contratante: O Município de Alagoinhas - Contratada: **DULCILEIDE SANTOS DO AMOR DIVINO** - Fundamento Legal: Arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021. - Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento de Profissionais de Saúde n.º 122/2025. - Data de Assinatura: 26/05/2026.

Termo Aditivo n.º 121/2026 - SESA - Contratante: O Município de Alagoinhas - Contratada: **MARCIO ANTONO REBOUÇAS LAUTON** - Fundamento Legal: Arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021. - Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento de Profissionais de Saúde n.º 103/2025. - Data de Assinatura: 25/05/2026.

Termo Aditivo n.º 122/2026 - SESA - Contratante: O Município de Alagoinhas - Contratada: **LUCIO PEREIRA BRAZ** - Fundamento Legal: Arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021. - Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento de Profissionais de Saúde n.º 119/2025. - Data de Assinatura: 25/05/2026.

Termo Aditivo n.º 123/2026 - SESA - Contratante: O Município de Alagoinhas - Contratada: **TAYALLA CRISTIANE RODRIGUES DE ARAUJO** - Fundamento Legal: Arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021. - Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento de Profissionais de Saúde n.º 120/2025. - Data de Assinatura: 25/05/2026.

Termo Aditivo n.º 124/2026 - SESA - Contratante: O Município de Alagoinhas - Contratada: **ANGELICA COSTA SCHRAMM PEREIRA** - Fundamento Legal: Arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021. - Tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Credenciamento de Profissionais de Saúde n.º 125/2025. - Data de Assinatura: 26/05/2026.